

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**  
3 **DOZE DE NOVEMBRO DE 2015, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 13h49min.**  
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos  
6 Santos (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais); Elizênia Gomes Camacho  
7 (representante da sociedade civil – Mão Amiga); Gilmar Lima (representante do governo -  
8 SEMDESC); Neuzira Cardoso Otoni (representante da sociedade civil – Psicólogos - titular); Ilma  
9 Costa Marques (representante da sociedade civil – Associação Natal Justino da Costa - titular);  
10 Lucidalva Barreto dos Santos (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais); Clarice José  
11 Pires (representante da sociedade civil – APAE); Dilma das Graças Queiroz (representante da  
12 sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo), Simone Silva Camargo (representante da sociedade civil –  
13 Psicólogos - suplente); e Eudes Barbosa da Costa (representante do governo – Gabinete). Presentes  
14 ainda, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC, Larissa Carolina de Barros Menezes,  
15 Chefe da Divisão dos Conselhos e Kamilla Souza Sales, Assessora de Gabinete a serviço da  
16 SEMDESC. O presidente Gilmar Lima iniciou a reunião cumprimentando a todos. Passando ao  
17 ponto de pauta: “*Relatório SIM-SUAS do mês de outubro/2015*”, informou o saldo do Piso Mineiro  
18 da Assistência Social no último dia útil do mês de outubro no valor de R\$ 283.822,81 (duzentos e  
19 oitenta e três mil oitocentos e vinte e oitenta e um centavos). Clarice questionou o saldo existente,  
20 uma vez que o final do exercício se aproximava. Lucidalva lembrou ainda da orientação do estado  
21 quanto a não haver intenção de reprogramar recursos para o ano seguinte. Falou ainda da  
22 necessidade de usar o recurso para além do auxílio natalidade, conforme o pactuado no Plano de  
23 Ação, pois uma possível devolução de recursos poderia demonstrar que não haveria necessidade dos  
24 mesmos, o que certamente não condiz com a realidade vivenciada. Quanto aos dados da Proteção  
25 Especial, mas especificamente ao PETI, Lucidalva questionou a ausência de números do PETI no  
26 relatório, uma vez que recentemente o município foi alvo de intervenção do Ministério Público do  
27 Trabalho. Gilmar explicou que as ações estariam acontecendo com a realização de visitas, reuniões  
28 e mobilização, se dispendo a solicitar a presença da coordenadora do CREAS em outra reunião ou  
29 outro momento para prestar maiores esclarecimentos. Ainda com relação ao CREAS, Simone  
30 colocou sua preocupação com relação a números de atendimentos referente a alguns tipos de  
31 violações de direitos, como no caso da violência contra a mulher, que parece infelizmente fazer  
32 parte do cotidiano da sociedade, e que no entanto, não aparecem nos dados de atendimento.  
33 Lucidalva falou da necessidade de se verificar os motivos que acarretam tal situação, quais seriam a  
34 falta de busca ativa, maior divulgação do papel do equipamento junto à comunidade, e a partir desse  
35 levantamento traçar estratégias que possam mudar esse quadro. Após as discussões, foram  
36 colocados para votação os relatórios SIM-SUAS do mês de outubro, referentes à Proteção Social

37 Básica e a Proteção Social Especial, e ainda o saldos financeiros do Piso Mineiro, os quais foram  
38 aprovados da seguinte forma: Lucidalva (aprovou), Gilmar (aprovou), Elizênia (aprovou), Ilma  
39 (aprovou), Eudes (aprovou), Neuzira (aprovou), Clarice (aprovou) e Dilma (aprovou). Em *Informes*  
40 *Gerais*, Gilmar informou os presentes da intenção do município em aderir ao Programa Qualifica  
41 SUAS do governo do estado, que prevê apoio e assessoramento técnico aos municípios mineiros,  
42 explicando que para o aceite ao Eixo 1 do Programa, qual seja: Plano de Apoio Técnico para  
43 Indução Orientada dos Gastos e Aprimoramento da Gestão do SUAS, necessitava da aprovação do  
44 CMAS. Diante a importância e necessidade do Programa os conselheiros presentes concordaram em  
45 deliberar sobre a proposta, no entanto solicitaram o envio das informações por e-mail para  
46 conhecimento de todos. Colocando para aprovação o aceite ao Eixo 1 do Programa Qualifica  
47 SUAS, o mesmo foi aprovado da seguinte forma: Lucidalva (aprovou), Gilmar (aprovou), Elizênia  
48 (aprovou), Ilma (aprovou), Eudes (aprovou), Neuzira (aprovou), Clarice (aprovou) e Dilma  
49 (aprovou). Clarice falou da necessidade de informar os pontos de pauta das reuniões do Conselho,  
50 mesmo que seja a convocação enviada por e-mail ou outros meios das redes sociais. Solicitou ainda  
51 maior agilidade quanto a atualização das atas no site da Prefeitura, pois são documentos que devem  
52 ser publicizados para a população. Gilmar se comprometeu a resolver a situação junto à Secretaria  
53 Executiva. Em seguida Lucidalva falou da reunião ocorrida no dia anterior com o prefeito e o  
54 secretário de administração, na qual discutiram a dispensa de alguns funcionários, através da não  
55 renovação de alguns contratos que estarão findando no final do mês. Falou que as argumentações da  
56 administração perpassavam recomendações do Tribunal de Contas com relação a queda da receita  
57 que rebateu drasticamente no orçamento municipal, principalmente na folha de pagamento de  
58 pessoal. Diante o exposto as conselheiras argumentaram entender os fatos, no entanto expuseram a  
59 situação já precarizada com que vem operando os equipamentos da política de assistência social,  
60 com equipes mínimas e ausência de condições logísticas de atuação, e de que qualquer medida de  
61 contenção para além das que já ocorreram poderia comprometer o oferecimento dos serviços à  
62 população levando até mesmo à estagnação dos mesmos, com prejuízos irreparáveis. Gilmar  
63 discordou alegando que a administração não tomou as medidas necessárias anteriormente por  
64 acreditar que a situação poderia melhorar, e que outras secretarias menores já vêm sendo afetadas  
65 pela redução de custos há muito tempo. Neuzira falou que não percebeu sensibilidade para resolver  
66 a situação, havendo uma intransigência da administração no corte de funcionários, sem avaliar  
67 outras possibilidades, desmerecendo o maior prejudicado, qual seria o usuário da política. Simone  
68 questionou quanto aos critérios para a dispensa. Gilmar esclareceu que os critérios ainda estão  
69 sendo definidos com o secretário de administração. Lucidalva ponderou que se de acordo com as  
70 informações o concurso público estaria impugnado pelos recursos, impossibilitando a posse dos  
71 aprovados, ficaria a preocupação de até quando perduraria a manutenção da política com equipes de  
72 referência deficitárias, e quais seriam os reflexos a curto e médio prazo na impactação das ações na

73 realidade da população usuária. Diante as discussões deliberou-se por levar ao conhecimento do  
74 Ministério Público a situação, delegando o feito a comissão composta por Lucidalva, Simone e  
75 Neuzira. Com relação à situação da psicóloga Valéria Imaculada que integrava a equipe do CRAS  
76 Pólo 3, e que foi colocada na última reunião ordinária, Gilmar informou que a mesma havia tido  
77 seu contrato cancelado. Diante aos fatos que levaram a dispensa da mesma e considerando ainda o  
78 ofício encaminhado pela coordenação das Casas Lares deliberou-se pelo envio de comunicação da  
79 situação ao Conselho Regional de Psicologia – CRP. Gilmar comunicou que os relatórios de  
80 prestação de contas de dois trimestres estariam à disposição para análise do Conselho. Nada mais  
81 havendo a tratar, o presidente encerrou-se a reunião, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa  
82 ata que será lida e aprovada por todos os presentes. **ENCERRAMENTO: 15h50min.**